

2016 ▶

RELATÓRIO E CONTAS

FUNDO DE PENSÕES ABERTO
CA REFORMA SEGURA



ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Enquadramento da Actividade | 3 |
| Cenário Macroeconómico | 4 |
| Evolução do Mercado de Fundos e Pensões | 5 |
| Informação de Gestão | 6 |
| Demonstrações Financeiras | 10 |
| Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras | 16 |

O presente documento está escrito
ao abrigo das normas estabelecidas
no anterior Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa.



ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

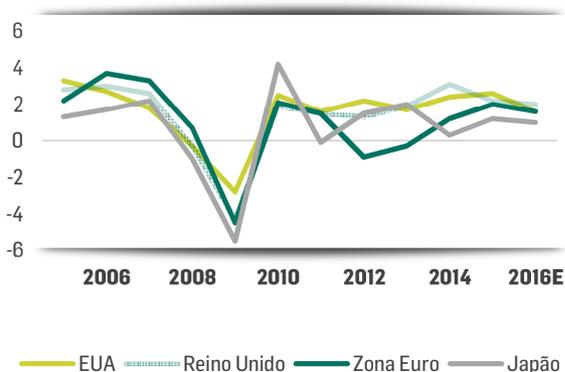
ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

1. Cenário Macroeconómico

Economia Internacional

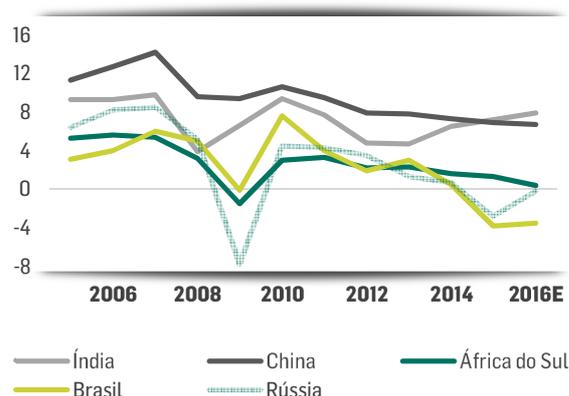
A estimativa mais recente aponta para um crescimento do PIB mundial de 3,1% em 2016, valor inferior aos 3,2% alcançados em 2015. A confirmar-se esta expectativa, este será o ritmo de crescimento económico mais fraco desde o ano da recessão mundial de 2009. Relativamente às maiores economias mundiais, avançadas e emergentes, estas registaram evoluções distintas.

Crescimento anual do PIB real nas economias avançadas (%)



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2017.

Crescimento anual do PIB real nas economias emergentes (%)



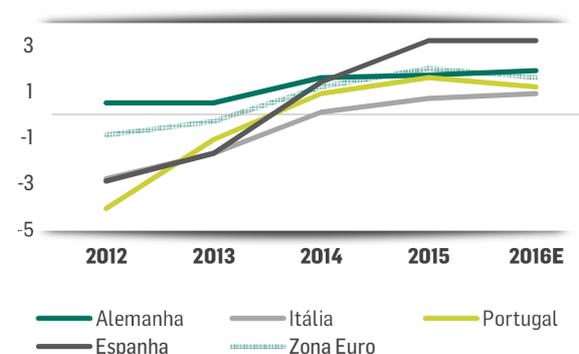
Fonte: Bloomberg, Janeiro 2017.

Parte do abrandamento perspectivado para a economia global em 2016 é explicado pela evolução da segunda maior economia do mundo, a China que regista o mais baixo crescimento desde 1990 (3,9%).

Este valor contrasta, ainda assim, com o ritmo de crescimento dos países desenvolvidos, que se estima terem sofrido uma desaceleração de 2,1%, em 2015, para 1,6%, em 2016. A quebra no desempenho dos Estados Unidos da América (EUA), cujo crescimento anual reduziu de 2,6% em 2015 para 1,6% em 2016, encontra explicação na componente das exportações, por via da valorização do dólar americano, e na componente do investimento, condicionado pelo comportamento dos preços do petróleo.

A economia da Zona Euro acelerou ligeiramente no final de 2016 (1,6%), registando no entanto um crescimento que se perspectiva ser inferior ao de 2015 (2,0%), o que deverá contribuir para a divergência de posições entre os responsáveis monetários quanto ao fim dos estímulos na região da moeda única.

Taxas de crescimento do PIB real (variações anuais)



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2017.

A taxa de desemprego na Zona Euro foi diminuindo paulatinamente ao longo do ano, atingindo no final de 2016 uma taxa prevista de 10,5%, valor mais baixo desde 2011 e que compara com os 11,0% registados no final de 2015. Não obstante a redução do nível de desemprego nos últimos anos, este permanece ainda em níveis historicamente elevados.

Em termos agregados da Zona Euro, a inflação perspectivada para 2016 foi de 0,2%, que compara com os 0,0% registados em 2015. Para esta recuperação, ainda assim para um nível inferior ao objectivo de 2,0% definido pelo Banco Central Europeu (BCE), muito contribuiu a combinação dos aumentos no preço da energia e uma modesta recuperação económica.

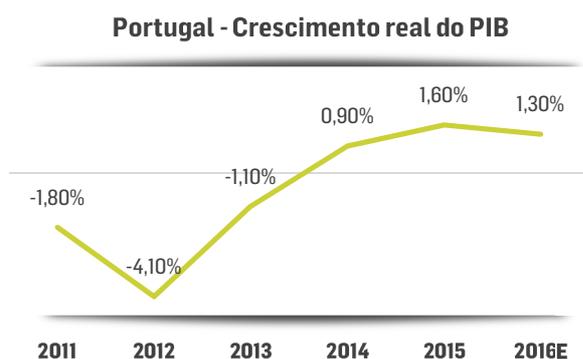
A autoridade monetária europeia estendeu até final do ano o plano de compra de activos no sector público como forma de dar força à inflação através de incentivos à economia.

O ano de 2016 ficou ainda marcado pela ocorrência de diversos eventos políticos de consequências potencialmente muito disruptivas. Na Europa, a vitória do *Brexit* no Reino Unido, evento que poderá condicionar a

situação económica e a evolução dos mercados em função dos recuos e avanços que se venham a verificar no desenrolar do processo negocial de saída do Reino Unido da União Europeia. Nos EUA, Donald Trump venceu as eleições presidenciais constituindo uma incógnita o rumo esperado da política americana, sendo certo que o actual discurso político é marcadamente proteccionista e de confronto com a política convencional.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa, penalizada por um crescimento fraco do investimento e por fragilidades ao nível das exportações, no primeiro semestre de 2016, manteve a tendência de desaceleração iniciada no último trimestre de 2015. A aceleração registada no segundo semestre de 2016, potenciada pela evolução da actividade turística e do consumo privado, permitiu que o crescimento anual se situasse nos 1,3% em 2016, valor 3 p.p. abaixo do crescimento registado em 2015 (1,6%).



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2017.

O comportamento das exportações nacionais foi condicionado pela ocorrência de diversos factores, de entre os quais se destacam a persistente precariedade da situação económica em Angola, muito afectada pelo baixo preço de petróleo. Em sentido inverso, o sector do turismo mostrou um crescimento nas exportações de serviços de 9,2%.

O consumo privado cresceu 2,1% em 2016, 5 p.p. abaixo do verificado em 2015. Por seu lado, o investimento interrompeu em 2016 uma tendência de recuperação gradual, mas constante, iniciada no final de 2013. A formação bruta de capital fixo registou ainda assim decréscimos homólogos sucessivamente menores nos 3 primeiros trimestres (-2,7%, -2,4% e -1,5%). Os factores que mais contribuíram para este cenário foram as incertezas externas (volatilidade dos mercados no início do ano e incertezas políticas) e incertezas internas (viabilidade da solução política e problemas na banca portuguesa) que afastaram os investidores. Para além disso, observou-se também uma descida do

investimento público para níveis historicamente baixos (até Setembro registou-se uma quebra de 27,6% na formação bruta de capital fixo por parte das administrações públicas).

No mercado laboral registou-se uma tendência de melhoria do segundo e terceiro trimestres do ano, o que permitiu fechar 2016 com uma taxa de desemprego de 11,0%.

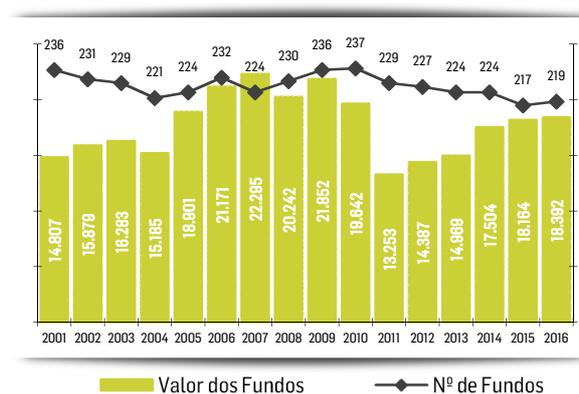
Em termos da evolução dos preços, a taxa de inflação média deverá ser próxima de 0,8%, ligeiramente acima dos 0,5% registados em 2015.

2. Evolução do Mercado de Fundos de Pensões

O valor sob gestão de fundos de pensões em Portugal registou em 2016 um acréscimo de 1,3% passando de cerca de 18,1 mil milhões de Euro em 2015 para cerca de 18,4 mil milhões em 2016.

No que se refere ao número de fundos de pensões do mercado, assistiu-se à extinção de 2 fundos de pensões do tipo fechado e um fundo de pensões PPA. Assistiu-se igualmente à constituição de três fundos de pensões fechado e de um fundo de pensões PPR, verificando-se um aumento do número de fundos de pensões para 219, dos quais 139 são fundos fechados e 80 são fundos abertos. Destes, 53 são fundos abertos, excluindo PPR, PPR/E, PPE e PPA.

A evolução do mercado dos fundos de pensões nos últimos anos quanto a montantes e número de fundos, foi a seguinte:





INFORMAÇÃO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO DE GESTÃO

Evolução geral do Fundo de Pensões

A CA Vida iniciou a comercialização do Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Segura em 21 de Outubro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor do Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Segura era de 14.958.180,55€ e o número de unidades de participação em circulação era de 2.511.615,75860, o que compara com os valores de €10.269.232,16 e 1.759.040,11269 para o valor do património do fundo e para o número de unidades de participação no final de 2015, respectivamente.

| Evolução do fundo nos últimos dois anos | 2016 | 2015 |
|--|-----------------|-----------------|
| Valor Líquido do Fundo (31 Dez) | 14.958.180,55€ | 10.269.232,16€ |
| Valor da Unidade de Participação (31 Dez) | 5,95560 | 5,83797 |
| Número de Unidades de Participação | 2.511.615,75860 | 1.759.040,11269 |

O movimento ocorrido nas unidades de participação, durante o exercício de 2016, foi o seguinte:

| Movimentos de unidades de participação no ano de 2016 | |
|---|-----------------|
| Unidades de Participação em circulação no início do exercício | 1.759.040,11269 |
| Unidade de Participação emitidas em 2016 | 825.087,11531 |
| Unidades de Participação resgatadas em 2016 | 72.511,46940 |
| Unidades de Participação em circulação no fim do exercício | 2.511.615,75860 |

Durante o ano de 2016, o fundo registou a subscrição de 825.087,11531 unidades de participação e a saída de 72.511,46940 unidades de participação, para o conjunto dos contratos de adesão. No ano de 2016, existia uma adesão colectiva ao fundo de pensões que detinha, em 31 de Dezembro de 2016, 9.139,25236 unidades de participação.

Durante o referido período, registaram-se contribuições (de associados e participantes) no valor de €4.706.313,42 e foram pagos benefícios (reembolsos) no valor de €413.784,68.

Durante o mesmo período registou-se a transferência de valores de outros fundos de pensões no valor de €224.719,35 e transferências para outros fundos de pensões no valor de €9.415,49.

b) Política de Investimento e cumprimento dos princípios e regras prudenciais aplicáveis aos investimentos

A política de investimento do Fundo de Pensões regula-se por regras de rentabilidade, liquidez, segurança, diversificação e dispersão dos investimentos do fundo.

A política de investimento do Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Segura é indicada a participantes com reduzida tolerância ao risco e que procuram a diversificação e valorização das suas poupanças a médio/longo prazo. A política de investimento em termos de exposição às classes de activos financeiros, caracteriza-se pelo seguinte:

| Classe de Activos | Valor Central | Limites | |
|------------------------------|----------------------|----------------|----------------|
| | | Mínimos | Máximos |
| Obrigações de Taxa Fixa Euro | 50% | 30% | 70% |
| Obrigações Taxa Indexada | 45% | 20% | 60% |
| Liquidez/Outros Activos | 5% | 0% | 10% |

A exposição às classes de activos referentes a Obrigações poderá ser efectuada através de aplicações em fundos de investimento mobiliário.

Os intervalos definidos para as aplicações do Fundo poderão ser excedidos se essa violação for efectuada de forma passiva, designadamente (des) valorização de activos financeiros e entradas ou saídas de capital, ou justificada por uma elevada instabilidade dos mercados financeiros, mas sempre delimitada num período de tempo razoável.

Sendo possíveis adesões individuais e adesões colectivas ao fundo de pensões aberto, a política de investimento não foi definida tendo em conta o financiamento de um plano de pensões específico.

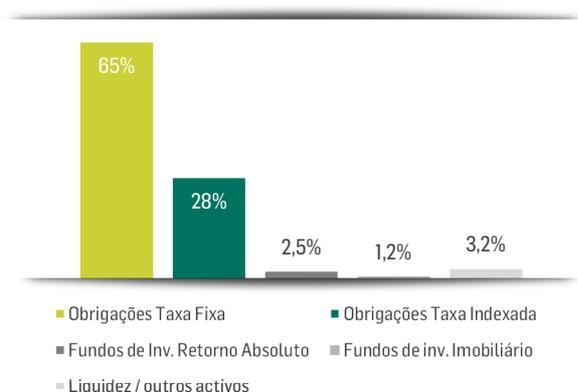
A gestão do fundo de pensões cumpriu os princípios e regras prudenciais aplicáveis aos investimentos dos fundos de pensões.

c) Evolução da estrutura da carteira de Investimentos

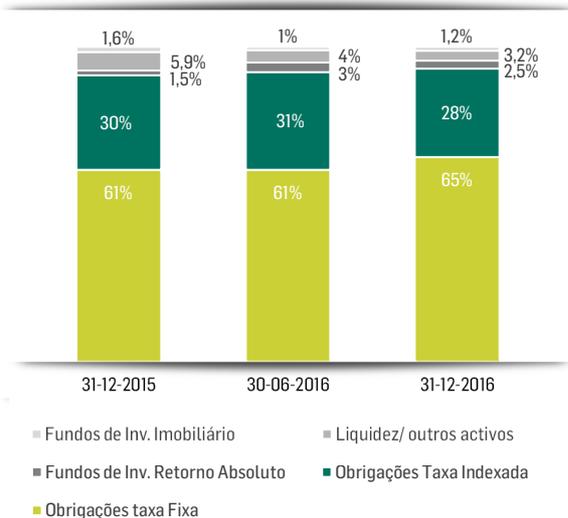
No final de 2016, a carteira apresentava uma exposição de cerca de 93% em Obrigações (65% de taxa fixa e 28% de taxa variável).

O investimento em unidades de participação de fundos de investimento de retorno absoluto representava 2,5% do valor das aplicações do fundo, enquanto o valor do investimento em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário representava 1,2% do valor líquido do fundo no final do ano.

A componente liquidez/outras activos representava, no final de 2016, cerca de 3% do valor do fundo.



Durante o ano de 2016, a composição das aplicações do fundo de pensões registou as seguintes alterações:



A exposição da carteira do fundo de pensões às classes de activos era o seguinte, no final do exercício de 2016, comparando com o valor central definido na política de investimento:

| Classe de Activos | Carteira | Estratégia (valor central) |
|--------------------------|----------|----------------------------|
| Obrigações Taxa Fixa | 65% | 50% |
| Obrigações Taxa Indexada | 28% | 45% |
| Outros activos | 7% | 5% |

d) Análise de Performance

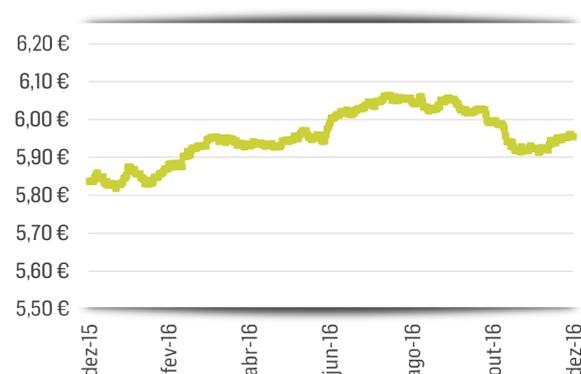
Em 2016, o fundo obteve uma rentabilidade de 2,01% (líquida de comissões de gestão e de depósito) para uma volatilidade do valor da unidade de participação de 2,0%.

| Anos | Rentabilidade | Volatilidade(*) | |
|------|---------------|-----------------|-----------------|
| | | % | Classe de risco |
| 2016 | 2,01% | 2,0% | 3 |

(*) Volatilidade medida pelo desvio padrão anualizado

No exercício de 2016, o resultado dos investimentos do fundo (excluindo comissões de gestão e de depósito) foi de €354.560,64.

O valor da unidade de participação apresentou a seguinte evolução durante o ano de 2016:



A rentabilidade do fundo é objecto de avaliação tendo por base um *benchmark* composto pelos índices mais representativos para cada classe de activos:

| | |
|---------------------------|------------------------|
| Obrigações Taxa Fixa Euro | EFFAS Euro All > 1 ano |
| Obrigações Taxa Indexada | Euribor 6 meses |
| Liquidez/Outros Activos | Euribor 6 meses + 1% |

O desempenho do fundo de pensões, em termos de rentabilidade, comparando com o *benchmark* foi o seguinte:

| Carteira | Benchmark | Diferença |
|----------|-----------|-----------|
| 2,01% | 1,22% | 0,79% |

Para o exercício de 2016, a rentabilidade do fundo de pensões (líquida das comissões de gestão e de depósito) foi superior à rentabilidade do *benchmark* em 0,79 pontos percentuais.

O desempenho do fundo de pensões por classe de activos, no ano de 2016, em comparação com o *benchmark* é apresentado no quadro seguinte:

| Classe de Activos | Carteira | Benchmark | Diferença |
|--------------------------|----------|-----------|-----------|
| Obrigações Taxa Fixa | 4,77% | 2,51% | 2,26% |
| Obrigações Taxa Indexada | 1,16% | -0,17% | 1,33% |
| Outros Activos | -0,73% | 0,85% | -1,58% |

e) Evolução dos riscos materiais a que o fundo se encontra exposto e sua gestão

O principal risco a que o fundo de pensões se encontra exposto é o risco de mercado, associado ao risco de perdas resultantes de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos investimentos do fundo de pensões. A avaliação do risco de mercado é efectuada através do cálculo do *Value at Risk* (VAR). O VAR é uma medida estatística que representa a perda potencial máxima do valor da carteira de activos financeiros num determinado período de tempo e para um dado nível de confiança.

No exercício de 2016 não foram utilizados produtos derivados ou operações de reporte e de empréstimo de valores no âmbito da gestão de riscos do fundo de pensões.

f) Informação sobre adesões colectivas ao fundo de pensões

O fundo de pensões, sob a forma de adesões colectivas, financiava um plano de pensões de contribuição definida, cujo valor da quota-parte do fundo era, em 31 de Dezembro de 2016, de €54.429,73.

Lisboa, 14 de Abril de 2017

O Conselho de Administração Executivo



António João Alberto Castanho



Nelson Fernando Ferreira Maurício



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresenta-se de seguida um conjunto de demonstrações financeiras do Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Segura.

Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Segura Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2016

| | | 31-dez-16 | | | 31-dez-15 | | | U: Euros | |
|--|-------|----------------------|-------------------|----------------------|----------------------|--|-------|----------------------|----------------------|
| ACTIVO | Notas | Activo bruto | Mais/Menos valias | Activo líquido | Activo líquido | PASSIVO E PATRIMÓNIO DO FUNDO | Notas | 31-dez-16 | 31-dez-15 |
| Aplicações do fundo | | | | | | Património do Fundo | | | |
| Terrenos e edifícios | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Valor acumulado do fundo | | 10.269.232,16 | 6.847.833,66 |
| Em sociedades gestoras do fundo ou em relação de grupo | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Resultado líquido do exercício | | 4.688.948,39 | 3.421.398,50 |
| | | | | | | Total do Património do Fundo | | 14.958.180,55 | 10.269.232,16 |
| Em outros títulos de crédito | 4 | | | | | | | | |
| Unidades de Participação em FIM | | 626.729,65 | 6.924,19 | 633.653,84 | 449.687,70 | | | | |
| Unidades de Participação em FII | | 168.790,82 | 5.414,50 | 174.205,32 | 168.790,82 | Passivo | | | |
| Unidades de participação em Hedge Funds | | 49.353,64 | -406,43 | 48.947,21 | 0,00 | | | | |
| Títulos de rendimento fixo | | 13.524.299,04 | 26.850,31 | 13.551.149,35 | 8.966.572,17 | | | | |
| | | 14.369.173,15 | 38.782,57 | 14.407.955,72 | 9.585.050,89 | | | | |
| Depósito em instituições de crédito | 5 | | | | | Credores | 9 | 200.771,89 | 39,13 |
| Depósitos à ordem | | 722.312,89 | | 722.312,89 | 638.752,10 | | | | |
| Depósitos a prazo | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Acréscimos e diferimentos | 10 | | |
| | | 722.312,89 | | 722.312,89 | 638.752,10 | Comissões de Gestão | | 43.625,19 | 30.980,86 |
| Devedores | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,03 | Comissões de Depósito | | 2.792,07 | 1.982,75 |
| | | | | | | | | 46.417,26 | 32.963,61 |
| Acréscimos e diferimentos | 10 | | | | | | | | |
| Juros a receber | | 75.101,09 | 0,00 | 75.101,09 | 78.432,08 | | | | |
| Outros acréscimos e diferimentos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Operações com derivados | | 0,00 | 0,00 |
| | | 75.101,09 | 0,00 | 75.101,09 | 78.432,08 | | | | |
| Operações com derivados | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Total Passivo | | 247.189,15 | 33.002,74 |
| | | | | | | | | | |
| Total Activo | | 15.186.597,13 | 38.782,57 | 15.205.369,70 | 10.302.234,90 | Total do Passivo e do Património do Fundo | | 15.205.369,70 | 10.302.234,90 |
| | | | | | | Valor da Unidade de Participação | | 5,95560 | 5,83787 |

Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Segura
Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2016

U: Euros

| PERDAS | Notas | 31-dez-16 | 31-dez-15 | GANHOS | Notas | 31-dez-16 | 31-dez-15 |
|--|--------------|---------------------|---------------------|--|--------------|---------------------|---------------------|
| Pensões e Capitais Vencidos | 12 | 413.784,68 | 273.069,65 | Contribuições | 11 | 4.931.032,77 | 3.742.115,16 |
| Comissões e Impostos | | | | Rendimentos | 6 | | |
| Comissões de gestão | 7 | 150.074,44 | 108.305,91 | Depósitos em instituições de crédito | | 868,05 | 2.522,21 |
| Comissões de depositário | 7 | 9.603,62 | 6.931,56 | Outros Títulos de Crédito | | 199.347,57 | 160.343,16 |
| | | 159.678,06 | 115.237,47 | | | 200.215,62 | 162.865,37 |
| Perdas resultantes alienação/avaliação/reembolso das aplicações | 6 | 116.655,49 | 157.195,14 | Ganhos resultantes alienação/avaliação/reembolso das aplicações | 6 | 271.000,51 | 66.317,69 |
| Perdas cambiais | | 0,00 | 0,00 | Ganhos cambiais | | 0,00 | 0,00 |
| Perdas com derivados | | 0,00 | 0,00 | Ganhos com derivados | | 0,00 | 0,00 |
| Outras despesas | 13 | 23.281,01 | 4.470,83 | Outros rendimentos e ganhos | 13 | 98,73 | 73,37 |
| Resultados do exercício | | 4.688.948,39 | 3.421.398,50 | | | | |
| Total de Perdas | | 5.402.347,63 | 3.971.371,59 | Total de Ganhos | | 5.402.347,63 | 3.971.371,59 |

Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Segura
Demonstração de Fluxos de Caixa – Exercício de 2016

U: Euros

| Fluxos de caixa das actividades operacionais | Notas | 31-dez-16 | 31-dez-15 |
|---|--------------|----------------------|----------------------|
| Contribuições | 11 | | |
| Contribuições dos associados | | 15.663,67 | 14.608,55 |
| Contribuições dos participantes/beneficiários | | 4.690.649,75 | 3.607.915,17 |
| Transferências | | 224.719,35 | 119.591,44 |
| Pensões e Capitais Vencidos | 12 | | |
| Pensões Pagas | | 0,00 | 0,00 |
| Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias | | 0,00 | 0,00 |
| Capitais Vencidos (remiões/vencimentos) | | -404.369,19 | -262.644,86 |
| Transferências | | -9.415,49 | -10.424,79 |
| Retenção de imposto na Fonte | | 29,65 | 4,78 |
| Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios por morte | | 0,00 | 0,00 |
| Prémios de seguro de risco de invalidez ou morte | | 0,00 | 0,00 |
| Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo | | 0,00 | 0,00 |
| Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo | | 0,00 | 0,00 |
| Reembolsos fora das situações legalmente previstas | | 0,00 | 0,00 |
| Devolução por excesso de financiamento | | 0,00 | 0,00 |
| Remunerações | 7 | | |
| Remuneração de gestão | | -137.430,11 | -97.194,76 |
| Remuneração de depósito e guarda de títulos | | -8.794,30 | -6.220,48 |
| Outros rendimentos e ganhos | 13 | 98,73 | 73,37 |
| Outras despesas | 13 | -21.424,32 | -4.470,83 |
| Fluxos de caixa líquido das actividades operacionais | | 4.349.727,74 | 3.361.237,59 |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento | | | |
| Recebimentos | | | |
| Alienação/Reembolso dos investimentos | | 5.925.280,49 | 4.412.071,42 |
| Rendimentos dos investimentos | | 211.544,34 | 143.865,46 |
| Pagamentos | | | |
| Aquisição de investimentos | | -10.402.991,78 | -7.848.907,93 |
| Comissões de transacção e mediação | | 0,00 | 0,00 |
| Outros gastos com investimentos | | 0,00 | 0,00 |
| Fluxos de caixa líquido das actividades de investimento | | -4.266.166,95 | -3.292.971,05 |
| Variações de caixa e seus equivalentes | | 83.560,79 | 68.266,54 |
| Efeitos de alteração na taxa de câmbio | | 0,00 | 0,00 |
| Caixa no início do período de reporte | | 636.752,10 | 570.485,56 |
| Caixa no fim do período de reporte | | 722.312,89 | 638.752,10 |

Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Segura Inventário de títulos e outros activos em 31 de Dezembro de 2016

| Designação | Quantidade | Moeda | Cotação/ Preço Unit. em Euros | VALOR | Juros Decorridos (em Euros) | Montante Global (em Euros) |
|---|------------|-------|-------------------------------------|---------------|-----------------------------------|-------------------------------|
| 1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS | 12.742.000 | | 0,00 | 13.551.149,35 | 75.101,09 | 13.626.250,44 |
| 1.2. Mercado de cotações oficiais de bolsa valores de outros Estados-membro da Un | 12.742.000 | | 0,00 | 13.551.149,35 | 75.101,09 | 13.626.250,44 |
| 1.2.1. Títulos de dívida pública | 4.344.000 | | 0,00 | 5.048.694,00 | 41.369,84 | 5.090.063,84 |
| 1.2.1.1. BGB 2.6% 22/06/24 | 75.000 | EUR | 118,15 | 88.615,50 | 1.025,75 | 89.641,25 |
| 1.2.1.1. BTPS 3.5% 01/03/30 | 35.000 | EUR | 115,67 | 40.484,50 | 409,46 | 40.893,96 |
| 1.2.1.1. BTPS 3.5% 01/06/18 | 291.000 | EUR | 105,18 | 306.073,80 | 837,12 | 306.910,92 |
| 1.2.1.1. BTPS 4.50% 01/03/24 | 630.000 | EUR | 121,83 | 767.529,00 | 9.476,10 | 777.005,10 |
| 1.2.1.1. BTPS 4.75% 01/09/28 | 445.000 | EUR | 128,56 | 572.092,00 | 7.065,30 | 579.157,30 |
| 1.2.1.1. CCTS Float 15/12/20 | 170.000 | EUR | 102,18 | 173.706,00 | 43,97 | 173.749,97 |
| 1.2.1.1. FRTR 0.25% 25/11/26 | 332.000 | EUR | 95,84 | 318.202,08 | 81,86 | 318.283,94 |
| 1.2.1.1. FRTR 2.25% 25/10/22 | 397.000 | EUR | 113,58 | 450.920,54 | 1.639,66 | 452.560,20 |
| 1.2.1.1. IRISH 0.8% 15/03/22 | 155.000 | EUR | 104,78 | 162.409,00 | 988,60 | 163.397,60 |
| 1.2.1.1. IRISH 2.4% 15/05/30 | 167.000 | EUR | 114,93 | 191.933,10 | 2.525,59 | 194.458,69 |
| 1.2.1.1. NETHER 0.5% 15/07/26 | 149.000 | EUR | 101,34 | 150.998,09 | 344,95 | 151.343,04 |
| 1.2.1.1. NETHER 1.75% 15/07/23 | 171.000 | EUR | 112,58 | 227.415,64 | 1.636,75 | 229.052,39 |
| 1.2.1.1. RAGB 1.65% 21/10/24 | 85.000 | EUR | 112,08 | 95.266,30 | 272,82 | 95.539,12 |
| 1.2.1.1. SPGB 3.8% 30/04/24 | 204.000 | EUR | 120,06 | 244.912,20 | 5.203,40 | 250.115,60 |
| 1.2.1.1. SPGB 4.4% 31/10/23 | 771.000 | EUR | 123,66 | 953.380,05 | 5.669,49 | 959.049,54 |
| 1.2.1.1. SPGB 4.50% 31/01/18 | 65.000 | EUR | 105,17 | 68.357,25 | 2.677,25 | 71.034,50 |
| 1.2.1.1. SPGB 5.15% 31/10/28 | 171.000 | EUR | 138,25 | 236.398,95 | 1.471,77 | 237.870,72 |
| 1.2.3. Obrigações diversas | 8.398.000 | | 0,00 | 8.502.455,35 | 33.731,25 | 8.536.186,60 |
| 1.2.3.1. ABBEY Float 22/05/19 | 100.000 | EUR | 100,70 | 100.702,00 | 33,80 | 100.735,80 |
| 1.2.3.1. ABBV 0.375% 18/11/19 | 100.000 | EUR | 100,63 | 100.630,00 | 45,21 | 100.675,21 |
| 1.2.3.1. ABIBB Float 19/10/18 | 50.000 | EUR | 100,15 | 50.072,50 | 0,00 | 50.072,50 |
| 1.2.3.1. ADPFP 1.5% 24/07/23 | 100.000 | EUR | 105,99 | 105.987,00 | 657,53 | 106.644,53 |
| 1.2.3.1. AEMSPA 1.75% 25/02/25 - 24. | 150.000 | EUR | 103,03 | 154.546,03 | 2.223,36 | 156.769,39 |
| 1.2.3.1. AMSSM 1.625% 17/11/21 | 100.000 | EUR | 105,47 | 105.467,00 | 195,89 | 105.662,89 |
| 1.2.3.1. ARRFPP Float 31/03/19 | 100.000 | EUR | 100,93 | 100.925,00 | 0,00 | 100.925,00 |
| 1.2.3.1. ATLM 1.625% 12/06/23 | 125.000 | EUR | 103,92 | 129.905,00 | 1.124,14 | 131.029,14 |
| 1.2.3.1. AVLN 0.625% 27/10/23 | 150.000 | EUR | 98,09 | 147.139,50 | 166,95 | 147.306,45 |
| 1.2.3.1. BAC Float 26/07/19 | 100.000 | EUR | 100,43 | 100.429,00 | 34,65 | 100.463,65 |
| 1.2.3.1. BACRED Float 01/07/19 | 75.000 | EUR | 99,02 | 74.268,00 | 42,56 | 74.310,56 |
| 1.2.3.1. BFCM Float 03/06/20 | 100.000 | EUR | 100,65 | 100.645,00 | 12,21 | 100.657,21 |
| 1.2.3.1. BHP Float 28/04/20 | 100.000 | EUR | 99,98 | 99.982,00 | 6,58 | 99.988,58 |
| 1.2.3.1. BNPFP Float 14/01/20 | 100.000 | EUR | 100,21 | 100.205,00 | 4,55 | 100.209,55 |
| 1.2.3.1. BNP 1.125% 15/01/23 | 100.000 | EUR | 102,82 | 102.823,00 | 1.078,89 | 103.901,89 |
| 1.2.3.1. CAPP Float 20/03/20 | 100.000 | EUR | 100,17 | 100.166,00 | 5,68 | 100.171,68 |
| 1.2.3.1. CAPPFP Float 02/07/18 | 100.000 | EUR | 100,62 | 100.622,00 | 133,00 | 100.755,00 |
| 1.2.3.1. CNUNZ 1.125% 18/10/23 | 100.000 | EUR | 99,34 | 99.344,00 | 228,08 | 99.572,08 |
| 1.2.3.1. DBHNGR Float 23/07/20 | 40.000 | EUR | 100,59 | 40.235,60 | 0,00 | 40.235,60 |
| 1.2.3.1. DE Float 21/04/20 | 100.000 | EUR | 100,06 | 100.062,00 | 7,30 | 100.069,30 |
| 1.2.3.1. DT Float 03/04/20 | 100.000 | EUR | 100,09 | 100.088,00 | 12,11 | 100.100,11 |
| 1.2.3.1. ECLEAR 1.125% 07/12/26 | 100.000 | EUR | 100,37 | 100.369,00 | 73,97 | 100.442,97 |
| 1.2.3.1. ELEPOR 4.875% 14/09/20 | 200.000 | EUR | 114,21 | 228.414,00 | 2.884,93 | 231.298,93 |
| 1.2.3.1. ENELIM Float 20/02/18 | 120.000 | EUR | 103,21 | 123.855,60 | 1.289,66 | 125.145,26 |
| 1.2.3.1. ENIIM 0.625% 19/09/24 | 100.000 | EUR | 97,01 | 97.009,00 | 176,37 | 97.185,37 |
| 1.2.3.1. ENIIM Float 11/01/17 | 124.000 | EUR | 102,05 | 126.546,96 | 724,56 | 127.271,52 |
| 1.2.3.1. EVKGR 0% 08/03/21 - 20 | 150.000 | EUR | 99,03 | 148.546,50 | 0,00 | 148.546,50 |
| 1.2.3.1. EZJLN 1.125% 18/10/23 | 100.000 | EUR | 97,93 | 97.928,00 | 228,08 | 98.156,08 |
| 1.2.3.1. FCE Float 10/02/18 | 125.000 | EUR | 100,15 | 125.190,00 | 27,98 | 125.217,98 |
| 1.2.3.1. FERROV Float 18/07/22 | 200.000 | EUR | 99,61 | 199.212,00 | 470,33 | 199.682,33 |
| 1.2.3.1. FGACAP 2% 23/10/19 | 100.000 | EUR | 103,97 | 103.968,00 | 378,08 | 104.346,08 |
| 1.2.3.1. GALPNA 1.375% 19/09/23 | 100.000 | EUR | 98,91 | 98.910,00 | 388,01 | 99.298,01 |
| 1.2.3.1. GE Float 15/06/17 | 114.000 | EUR | 100,34 | 114.392,16 | 31,51 | 114.423,67 |
| 1.2.3.1. GIS Float 15/01/20 | 100.000 | EUR | 101,17 | 101.170,00 | 89,62 | 101.259,62 |
| 1.2.3.1. GS Float 27/07/21 | 150.000 | EUR | 101,62 | 152.425,50 | 186,33 | 152.611,83 |
| 1.2.3.1. HNZ 2% 30/06/23 | 125.000 | EUR | 104,921 | 131.151,25 | 1.260,27 | 132.411,52 |
| 1.2.3.1. HSBC Float 27/11/19 | 100.000 | EUR | 100,861 | 100.861,00 | 22,29 | 100.883,29 |
| 1.2.3.1. IREIM 0.875% 04/11/24 | 150.000 | EUR | 95,310 | 142.966,50 | 212,16 | 143.178,66 |
| 1.2.3.1. ISPIM Float 17/04/19 | 100.000 | EUR | 100,5580 | 100.558,00 | 153,96 | 100.711,96 |
| 1.2.3.1. KBCCBB 0.75% 18/10/23 | 100.000 | EUR | 98,6400 | 98.640,00 | 152,05 | 98.792,05 |
| 1.2.3.1. KO Float 09/09/19 | 125.000 | EUR | 100,247 | 125.308,75 | 0,00 | 125.308,75 |
| 1.2.3.1. KPN 1.125% 11/09/28 | 100.000 | EUR | 94,167 | 94.167,00 | 348,29 | 94.515,29 |
| 1.2.3.1. LLOYDS 1% 09/11/23 | 150.000 | EUR | 98,0110 | 147.016,50 | 213,70 | 147.230,20 |
| 1.2.3.1. LLY 1% 02/06/22 | 100.000 | EUR | 103,298 | 103.298,00 | 580,82 | 103.878,82 |
| 1.2.3.1. MA 1.1% 01/12/22 | 150.000 | EUR | 102,902 | 154.353,00 | 135,62 | 154.488,62 |
| 1.2.3.1. MAERSK 1.5% 24/11/22 | 100.000 | EUR | 101,768 | 101.768,00 | 152,05 | 101.920,05 |
| 1.2.3.1. MAERSK Float 18/03/19 | 100.000 | EUR | 102,444 | 102.444,00 | 46,37 | 102.490,37 |
| 1.2.3.1. MDLZ 1.625% 08/03/27 | 100.000 | EUR | 99,482 | 99.482,00 | 1.326,71 | 100.808,71 |
| 1.2.3.1. MRKO.5% 02/11/24 | 150.000 | EUR | 98,819 | 148.228,50 | 121,23 | 148.349,73 |
| 1.2.3.1. MS Float 27/01/22 - 21 | 150.000 | EUR | 99,98 | 149.970,00 | 105,08 | 150.075,08 |
| 1.2.3.1. MYL Float 22/11/18 | 100.000 | EUR | 100,66 | 100.660,00 | 60,34 | 100.720,34 |
| 1.2.3.1. PBBGR 1.25% 04/02/19 | 100.000 | EUR | 101,735 | 101.735,00 | 1.130,46 | 102.865,46 |
| 1.2.3.1. RDSALN 0.75% 15/08/2028 | 100.000 | EUR | 94,134 | 94.134,00 | 283,56 | 94.417,56 |
| 1.2.3.1. REESM 1.125% 24/04/25 | 100.000 | EUR | 101,938 | 101.938,00 | 773,63 | 102.711,63 |
| 1.2.3.1. RENAUL 1.375% 17/11/20 | 100.000 | EUR | 103,495 | 103.495,00 | 165,75 | 103.660,75 |
| 1.2.3.1. RENAUL Float 05/12/19 | 150.000 | EUR | 100,092 | 150.138,00 | 25,67 | 150.163,67 |
| 1.2.3.1. RENEPL 2.50% 12/02/25 | 100.000 | EUR | 104,199 | 104.199,00 | 2.206,28 | 106.405,28 |

| Designação | Quantidade | Moeda | Cotação/ Preço Unit. em Euros | VALOR | Juros Decorridos (em Euros) | Montante Global (em Euros) |
|---|------------|------------|-------------------------------------|----------------------|-----------------------------------|-------------------------------|
| 1.2.3. SANEFP 0.95% 19/10/28 | 100.000 | EUR | 95,553 | 95.553,00 | 190,00 | 95.743,00 |
| 1.2.3. SANFP Float 10/09/18 | 100.000 | EUR | 100,173 | 100.173,00 | 0,00 | 100.173,00 |
| 1.2.3. SAPGR Float 20/11/18 | 100.000 | EUR | 100,274 | 100.274,00 | 0,00 | 100.274,00 |
| 1.2.3. SECUSS 1.25% 15/03/22 | 100.000 | EUR | 102,994 | 102.994,00 | 996,58 | 103.990,58 |
| 1.2.3. SKYLN Float 01/04/20 | 150.000 | EUR | 100,926 | 151.389,00 | 170,25 | 151.559,25 |
| 1.2.3. SOLBBB 1.625% 02/12/22 | 100.000 | EUR | 104,601 | 104.601,00 | 129,11 | 104.730,11 |
| 1.2.3. SRGIM 0.875% 25/10/26 | 150.000 | EUR | 95,597 | 143.395,50 | 240,92 | 143.636,42 |
| 1.2.3. TELEFO 3.987% 23/01/23 | 100.000 | EUR | 117,421 | 117.421,00 | 3.732,28 | 121.153,28 |
| 1.2.3. TEVA 1.125% 15/10/24 | 100.000 | EUR | 96,319 | 96.319,00 | 237,33 | 96.556,33 |
| 1.2.3. TITIM 4.5% 25/01/21 | 100.000 | EUR | 111,83 | 111.830,00 | 4.192,62 | 116.022,62 |
| 1.2.3. TKAHV 3.125% 03/12/21 | 100.000 | EUR | 113,123 | 113.123,00 | 239,73 | 113.362,73 |
| 1.2.3. UCGIM Float 19/02/20 | 150.000 | EUR | 99,94 | 149.910,00 | 120,40 | 150.030,40 |
| 1.2.3. UNANA 1% 03/06/23 | 100.000 | EUR | 103,865 | 103.865,00 | 578,08 | 104.443,08 |
| 1.2.3. VFC 0.625% 20/09/23 | 125.000 | EUR | 99,364 | 124.205,00 | 218,32 | 124.423,32 |
| 1.2.3. VIEFP 0.314% 04/10/23 | 100.000 | EUR | 97,232 | 97.232,00 | 75,70 | 97.307,70 |
| 1.2.3. VOD Float 25/02/19 | 100.000 | EUR | 101,24 | 101.240,00 | 63,70 | 101.303,70 |
| 1.2.3. WFC Float 26/04/21 | 100.000 | EUR | 100,816 | 100.816,00 | 56,65 | 100.872,65 |
| 1.2.3. WSTP 0.25% 17/01/22 | 100.000 | EUR | 99,423 | 99.423,00 | 51,37 | 99.474,37 |
| 3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE INVESTIMENTO COLECTIVO | 42.233 | | 0 | 682.601,05 | 0,00 | 682.601,05 |
| 3.1. Fundos harmonizados | 42.233 | | 0 | 682.601,05 | 0,00 | 682.601,05 |
| 3.1. Amundi Funds - Absolute Forex | 76 | EUR | 1059,169998 | 80.535,05 | 0,00 | 80.535,05 |
| 3.1. CA Rendimento (UP) | 40.093 | EUR | 7,669700039 | 307.501,80 | 0,00 | 307.501,80 |
| 3.1. Candriam Long Short Credit | 69 | EUR | 1162,730001 | 80.202,79 | 0,00 | 80.202,79 |
| 3.1. Fundlogis Alt. PLC Salar Conv. Abs. Ret. Fund | 490 | EUR | 99,9599933 | 48.947,21 | 0,00 | 48.947,21 |
| 3.1. LM-WA Macro Oppport BD | 988 | EUR | 111,3999974 | 110.019,64 | 0,00 | 110.019,64 |
| 3.1. Nordea 1 SICAV-Flexible Fixed Income Fund | 517 | EUR | 107,0600059 | 55.394,56 | 0,00 | 55.394,56 |
| 4. IMOBILIÁRIO | 11.423 | | 0 | 174.205,32 | 0,00 | 174.205,32 |
| 4.2. Unidades de participação de fundos de investimento imobiliário | 11.423 | | 0 | 174.205,32 | 0,00 | 174.205,32 |
| 4.2. CA Património Crescente | 11.423 | EUR | 15,25040007 | 174.205,32 | 0,00 | 174.205,32 |
| 5. LIQUIDEZ | 0 | | 0 | 475.123,74 | 0,00 | 475.123,74 |
| 5.1. À vista | 0 | | 0 | 722.312,89 | 0,00 | 722.312,89 |
| 5.1.2. Depósitos à ordem | 0 | | 0 | 722.312,89 | 0,00 | 722.312,89 |
| 5.1.2. EUR - CCCAM | 0 | EUR | 0 | 722.312,89 | 0,00 | 722.312,89 |
| 5.3. Devedores e Credores | 0 | | 0 | -247.189,15 | 0,00 | -247.189,15 |
| 5.3.1. Operações a Liquidar | 0 | | 0 | -198.846,42 | 0,00 | -198.846,42 |
| 5.3.1. Diferimento do Juro das OPLs | 0 | EUR | 0 | 30,67 | 0,00 | 30,67 |
| 5.3.1. OPL - Obrigações - Compra (Fora de Bolsa) - Juro Bruto | 0 | EUR | 0 | -198.877,09 | 0,00 | -198.877,09 |
| 5.3.2. Impostos | 0 | | 0 | -1.925,47 | 0,00 | -1.925,47 |
| 5.3.2. FP - IRS - Cat E | 0 | EUR | 0 | -68,78 | 0,00 | -68,78 |
| 5.3.2. Imposto de Selo - FP - CD | 0 | EUR | 0 | -111,68 | 0,00 | -111,68 |
| 5.3.2. Imposto do Selo - FP CG | 0 | EUR | 0 | -1.745,01 | 0,00 | -1.745,01 |
| 5.3.3. Comissões | 0 | | 0 | -46.417,26 | 0,00 | -46.417,26 |
| 5.3.3. FP - Comissão de Depósito | 0 | EUR | 0 | -2.792,07 | 0,00 | -2.792,07 |
| 5.3.3. FP - Comissão de Gestão | 0 | EUR | 0 | -43.625,19 | 0,00 | -43.625,19 |
| TOTAL | | EUR | | 14.883.079,46 | 75.101,09 | 14.958.180,55 |

O Técnico Oficial de Contas

Ana Cristina Teixeira Guedes
Ana Cristina Teixeira Guedes
T.O.C. n.º 50523

Director Fundos de Pensões

Daniel Fonseca dos Reis
Daniel Fonseca dos Reis

Conselho de Administração Executivo

António João Alberto Castanho

Nelson Fernando Ferreira Maurício

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Introdução

A constituição do Fundo de Pensões Aberto Reforma Segura foi autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em 5 de Agosto de 2009, tendo o início da sua actividade ocorrido em 21 de Outubro de 2009. Trata-se de um fundo de pensões aberto, constituído por tempo indeterminado e tem como finalidade o financiamento de planos de pensões. O Fundo de Pensões permite adesões individuais (com planos de pensões de contribuição definida) e adesões colectivas (com planos de pensões de contribuição definida, de benefício definido ou mistos). Em 31 de Dezembro de 2016, o fundo de pensões financiava apenas planos de contribuição definida sendo apenas um financiado através de uma adesão colectiva.

O Fundo é gerido pela Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, SA. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. O Fundo de pensões possui unidades de participação registadas no Banco Best.

Os participantes do fundo são as pessoas singulares em função de cujas circunstâncias pessoais e profissionais se definem os direitos consignados nos planos de pensões, independentemente de contribuírem, ou não, para a formação do património do fundo. Os contribuintes são as pessoas singulares que adquirem unidades de participação ou as pessoas colectivas que efectuem contribuições em nome e a favor dos participantes.

Nota 2 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo de Pensões, mantidos de acordo com o plano de contas dos Fundos de Pensões, estabelecido pelas Normas Regulamentares 7/2010-R de 4 de Junho, 8/2002-R de 7 de Maio e 10/2002-R de 7 de Maio que prevêm os principais princípios contabilísticos, designadamente:

- O regime contabilístico dos fundos de pensões deve atender aos princípios gerais estabelecidos na *International Accounting Standard* (IAS) 1, nomeadamente os da apresentação apropriada, regime contabilístico do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

A avaliação dos activos que compõe o património do Fundo deverá respeitar o previsto na norma Regulamentar 9/2007-R de 28 de Junho, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos activos financeiros, dos quais se destacam:

- Os activos que se encontram admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados, devem ser avaliados tendo por base o respectivo preço de mercado:
 - Correspondente à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontram admitidos a negociação;
 - Correspondente à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, frequência e regularidade de transacções caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado;
- Os activos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados, cujo valor de cotação raramente se encontre disponível ou cujas quantidades transaccionadas nessas bolsas ou mercados forem insignificantes face às quantidades de transacções efectuadas em sistemas de negociação especializados e internacionalmente reconhecidos, poderão ser avaliados, em alternativa ao preço de mercado, ao preço praticado naqueles sistemas;
- Os activos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados, que não tenham sido transaccionados durante os trinta dias antecedentes ao dia de referência da avaliação, são equiparados a activos não admitidos à negociação;
- Os activos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados devem ser avaliados tendo por base o seu presumível valor de realização, devendo para o efeito considerar-se toda a informação relevante disponível sobre o emitente, bem como as condições de mercado vigentes no momento da avaliação, e aplicar-se a seguinte sequência de prioridades:

- Valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, no caso dessas ofertas serem representativas;
 - Na impossibilidade de aplicar o disposto no ponto anterior, devem considerar-se metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de instrumentos financeiros cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares em termos de padrão de ocorrência temporal e valores envolvidos, que tenham um risco de crédito semelhante, que sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica, e que produzam resultados semelhantes perante idênticas mudanças nas condições de mercado e noutros factores de risco;
 - Na ausência de informação adequada para aplicar o disposto nas alíneas anteriores, podem ser adoptados modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes.
- As unidades de participação são valorizadas ao último calor conhecido às 17h00 e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável ao último preço conhecido às 17h00 do mercado onde se encontrem admitidas à negociação;
 - Os depósitos bancários são avaliados ao seu valor nominal, procedendo-se ao reconhecimento diário do juro;

As mais e menos valias potenciais resultantes da avaliação dos investimentos são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica de Ganhos e Perdas (Nota 6) correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso dos títulos adquiridos no ano. As mais e menos valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de investimentos são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício, sendo igualmente relevadas na mesma rubrica da demonstração de resultados.

O valor de balanço, dos títulos, que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição corrigido pelas mais e menos valias potenciais geradas após a sua aquisição.

Os rendimentos, respeitante a rendimento de títulos, são contabilizados no período a que respeitam.

As contribuições efectuadas pelo Associado e Participantes a favor do fundos de pensões são registadas, quando efectivamente recebidas, na rubrica Contribuições da Demonstração de Resultados.

A comissão de gestão corresponde à remuneração da entidade gestora, cobrada ao fundo, pela gestão financeira, sendo reconhecida no período a que diz respeito independentemente do seu pagamento. O cálculo da comissão consiste na aplicação ao património líquido do fundo de uma taxa diária correspondente a 1,25%/ano, sendo a sua liquidação efectuada trimestralmente.

Os saldos e contas a receber e a pagar são contabilizados de acordo com o seu valor actual, sendo averiguado, a cada data de relato financeiro, a respectiva recuperabilidade do seu valor.

Nota 3 – Regime fiscal do fundo de pensões

O fundo de pensões, tendo sido constituído de acordo com a legislação nacional, está isento de IRC sobre os rendimentos. São tributados autonomamente, à taxa de 23%, os lucros recebidos por fundos de pensões de entidades sujeitas a IRC, quando as partes sociais a que respeitam os dividendos não tenham permanecido, de modo ininterrupto, no ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

O Orçamento de Estado para 2016, publicado no Diário da República 1ª série, nº 62, de 30 de Março de 2016, veio introduzir, entre outras matérias, algumas alterações aos impostos aplicados aos Fundos de Pensões, nomeadamente:

- Alteração ao Código do Imposto do Selo (artigo 152.º do OE 2016) é aditado um novo n.º 7 ao artigo 7.º do CIS, esclarecendo que a isenção prevista na alínea e) do n.º 1 do referido artigo (comissões cobradas) apenas se aplica às

garantias e operações financeiras directamente destinadas à concessão de crédito. Deste modo, as comissões cobradas no âmbito da gestão de Fundos de Pensões passam a ter incidência de imposto do selo a uma taxa de 4%;

- Foi revogada a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), pelo que os imóveis detidos por Fundos de Pensões passam a estar sujeitos a este imposto.

Nota 4 – Investimento em Activos mobiliários

Durante o exercício de 2016, os movimentos ocorridos nos títulos de rendimento variável e rendimento fixo foram os seguintes:

| | U: Euros | | | | |
|--|---------------------|----------------------|---------------------|--------------------------------|----------------------|
| | Saldo Inicial | Aquisições | Alienações | Mais/Menos Valias ¹ | Saldo Final |
| Unidades de Participação FIM e Hedge Funds | 449.687,70 | 325.999,57 | 93.178,25 | 92,03 | 682.601,05 |
| Unidades de participação FII | 168.790,82 | 0,00 | 0,00 | 5.414,50 | 174.205,32 |
| Títulos de Rendimento Fixo | 8.966.572,17 | 10.224.625,06 | 5.788.886,37 | 148.838,49 | 13.551.149,35 |
| Total | 9.585.050,69 | 10.550.624,63 | 5.882.064,62 | 154.345,02 | 14.407.955,72 |

Durante o exercício de 2015, os movimentos ocorridos nos títulos de rendimento variável e rendimento fixo foram os seguintes:

| | U: Euros | | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------------------|---------------------|
| | Saldo Inicial | Aquisições | Alienações | Mais/Menos Valias ¹ | Saldo Final |
| Unidades de Participação FIM e Hedge Funds | 426.609,28 | 247.517,73 | 228.076,69 | 3.637,38 | 449.687,70 |
| Unidades de participação FII | 163.617,34 | 0,00 | 0,00 | 5.173,48 | 168.790,82 |
| Títulos de Rendimento Fixo | 5.654.599,09 | 7.662.124,48 | 4.250.463,09 | -99.688,31 | 8.966.572,17 |
| Total | 6.244.825,71 | 7.909.642,21 | 4.478.539,78 | -90.877,45 | 9.585.050,69 |

Nota 5 – Disponibilidades em Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2016, o fundo possuía os seguintes valores na rubrica de disponibilidades:

- Depósito à Ordem na Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo: €722.312,89

Em 31 de Dezembro de 2015, o fundo possuía os seguintes valores na rubrica de disponibilidades:

- Depósito à Ordem na Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo: 638.752,10€

Nota 6 – Rendimentos, Ganhos e Perdas dos investimentos

Durante o exercício de 2016, os rendimentos, perdas e ganhos dos investimentos foram os seguintes:

| | U: Euros | | | |
|--|-------------------|---|-------------------------|-------------------|
| | Rendimentos | Avaliação/Alienação/Reembolso de aplicações | +/- Valias na aplicação | Total |
| Unidades de participação | 0,00 | | 5.506,53 | 5.506,53 |
| Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | 199.347,57 | | 148.838,49 | 348.186,06 |
| Depósitos | 868,05 | | 0,00 | 868,05 |
| Total | 200.215,62 | | 154.345,02 | 354.560,64 |

O valor das mais/menos Valias na Avaliação/Alienação/Reembolso de aplicações tem a seguinte decomposição:

¹ Mais/Menos valias realizadas e não realizadas

U: Euros

| | +/- Valias Realizadas | +/- Valias Potenciais | Total |
|--|-----------------------|-----------------------|-------------------|
| Unidades de participação | -6.425,73 | 11.932,26 | 5.506,53 |
| Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | 121.988,18 | 26.850,31 | 148.838,49 |
| Total | 115.562,45 | 38.782,57 | 154.345,02 |

Durante o exercício de 2015, os rendimentos, perdas e ganhos dos investimentos foram os seguintes:

U: Euros

| | Rendimentos | +/- Valias na Avaliação/Alienação/Reembolso de aplicações | Total |
|--|-------------------|---|------------------|
| Unidades de participação | 0,00 | 8.810,86 | 8.810,86 |
| Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | 160.343,16 | -99.688,31 | 60.654,85 |
| Depósitos | 2.522,21 | 0,00 | 2.522,21 |
| Total | 162.865,37 | -90.877,45 | 71.987,92 |

Nota 7 – Gastos com a Gestão de Activos

No exercício de 2016 e 2015, o gasto com a gestão de activos foi o seguinte:

U: Euros

| | 2016 | | 2015 | |
|--------------|---------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | Comissões de Gestão | Comissões de Depósito | Comissões de Gestão | Comissões de Depósito |
| 1º Trimestre | 32.892,31 | 2.105,16 | 22.723,60 | 1.454,33 |
| 2º Trimestre | 34.957,80 | 2.237,24 | 26.017,32 | 1.665,13 |
| 3º Trimestre | 38.599,14 | 2.470,36 | 28.584,13 | 1.829,35 |
| 4º Trimestre | 43.625,19 | 2.790,86 | 30.980,86 | 1.982,75 |
| Total | 150.074,44 | 9.603,62 | 108.305,91 | 6.931,56 |

O cálculo das comissões consiste na aplicação ao património líquido do Fundo (valor dos activos do Fundo valorizados de acordo com as disposições legais, líquido de eventuais responsabilidades já vencidas e não pagas) de uma taxa diária, sendo as comissões cobradas ao fundo trimestralmente.

Nota 8 – Montante global dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, a carteira do Fundo não possuía activos nem responsabilidades expressos em moeda estrangeira.

Nota 9 – Credores

U: Euros

| | 2016 | 2015 |
|----------|------------|-------|
| Credores | 200.771,89 | 39,13 |

O valor registado em credores refere-se a operações por regularizar na sequência de vendas de activos financeiros.

Nota 10 – Acréscimo e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, o valor em acréscimos e diferimentos apresentava a seguinte composição:

U: Euros

| | 2016 | 2015 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Juros a receber | 75.101,09 | 78.432,08 |
| Comissões de gestão e depósito | -46.417,26 | -32.963,61 |
| Total | 28.683,83 | 45.468,47 |

A rubrica Juros a Receber regista os juros decorridos e não vencidos das aplicações do fundo até 31 de Dezembro de cada ano.

Nota 11 – Contribuições realizadas

As contribuições, no ano de 2016 e 2015, podem desagregar-se do seguinte modo:

| U: Euros | 2016 | 2015 |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|
| Associados | 15.663,67 | 14.608,55 |
| Participantes/beneficiários | 4.690.649,75 | 3.607.915,17 |
| Transferências | 224.719,35 | 119.591,44 |
| Total | 4.931.032,77 | 3.742.115,16 |

O crescimento do valor das contribuições em 2016 face a 2015 deve-se essencialmente ao aumento da base de clientes sob a forma de adesões individuais.

Nota 12– Benefícios pagos

Durante o exercício de 2016 verificou-se transferências para outros fundos de pensões no valor de €9.415,49 e reembolsos/remições no valor de €404.369,19.

Durante o exercício de 2015 verificou-se transferências para outros fundos de pensões no valor de 10.424,79€ e reembolsos/remições no valor de 262.644,86€.

Nota 13 – Outros Rendimentos e Ganhos e Outras Despesas

O valor da rubrica outros rendimentos e ganhos regista os valores de retrocomissões recebidas relacionadas com os investimentos em unidades de participação (€98,73 em 2016 e €73,37 em 2015).

O valor registado na rubrica Outras Despesas pode decompor-se do seguinte modo:

| U: Euros | 2016 | 2015 |
|--------------------------|------------------|-----------------|
| Tipo de Despesa | | |
| Impostos | 4.987,15 | 0,00 |
| Despesas bancárias | 568,80 | 415,72 |
| Contribuições devolvidas | 17.725,06 | 4.055,11 |
| Total | 23.281,01 | 4.470,83 |

Nota 14 – Identificação e gestão de riscos associados aos activos financeiros

A composição/estrutura da carteira de activos é objecto de uma análise sistemática, com vista à identificação da exposição a diversos tipos de riscos, nomeadamente risco de crédito, de mercado e de taxa de juro. O controlo do risco de crédito associado aos emitentes que possam compor a carteira é efectuado através do investimento em instituições de reconhecida segurança e do acompanhamento da notação de *rating* atribuída pelas agências internacionais, nomeadamente a *Standart & Poor's e Moody's Investor Services*. A gestão do risco de taxa de juro é efectuada monitorizando o indicador duração modificada da carteira de títulos de rendimento fixo. O principal risco a que o fundo de pensões se encontra exposto é o risco de mercado, associado ao risco de perdas resultantes de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos investimentos do fundo de pensões. A avaliação do risco de mercado é efectuada através do cálculo do *Value at Risk* (VAR). O VAR é uma medida estatística que representa a perda potencial máxima do valor da carteira de activos financeiros num determinado período de tempo e para um dado nível de confiança.

Com data de referência de 31 de Dezembro de 2016, quantificou-se o impacto na carteira de activos do fundo, através da realização de um *stress test* que possa reflectir os riscos mais significativos a que o fundo se encontra exposto, considerando oscilações nas taxas de juro e nos fundos de investimento imobiliário. Considerou-se uma desvalorização da carteira de fundos de investimento de obrigações e de retorno absoluto em 20% e dos fundos de investimento

imobiliário em 15%. No caso do risco de taxa de juro, o factor de risco consiste, na subida das taxas em 20% da taxa spot a cinco anos (a estrutura temporal de taxas de juro utilizada foi a curva de taxas swap de cupão zero da zona euro a 31 de Dezembro de 2016).

| Factor de risco | Impacto na carteira de activos | % |
|------------------------------------|---------------------------------------|---------------|
| Risco de taxa de Juro +20% | -9.038,67€ | -0,06% |
| Risco de Mercado Acções -20% | -136.520,21€ | -0,91% |
| Imobiliário -15% | -26.130,80€ | -0,17% |
| | | -1,15% |

O impacto no valor da carteira de activos é de -1,15% o que representa - €171.689,67 (tendo em conta o valor do fundo em 31 de Dezembro de 2016).

Nota 15 – Envolvimento com entidades relacionadas

A gestão dos activos financeiros do Fundo de Pensões foi substabelecida à Crédito Agrícola Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários sendo as funções de depositário exercidas pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. O Fundo de pensões possui unidades de participação registadas no Banco Best.

Nota 16 – Garantias

Não existe garantia de capital nem rendimento mínimo, por parte da entidade gestora, nas aplicações feitas no fundo de pensões.

Nota 17 – Compromissos, responsabilidades e passivos contingentes

Não existem compromissos, responsabilidades ou passivos contingentes.

Nota 18 – Acontecimentos subsequentes

Não existem acontecimentos subsequentes que possam afectar a posição do fundo em 31 de Dezembro de 2016.



Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, S.A.
Rua Castilho, 233 - 7º • 1099 - 004 Lisboa
Tel.: 211 111 800 • Fax.: 211 111 801
Pessoa Colectiva: 504 405 489

***Fundo de Pensões Aberto CA Reforma
Segura***
Relatório e contas

31 de dezembro de 2016



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Segura (adiante, Fundo), gerido pela Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, S.A. (adiante, entidade gestora), as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total do ativo de 15.205.370 euros e um total do valor do Fundo de 14.958.181 euros), a demonstração de resultados (que evidencia um resultado líquido do exercício de 4.688.948 euros) e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Segura em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Valorização de instrumentos financeiros**Divulgações relacionadas com a valorização de instrumentos financeiros apresentadas nas notas 2 e 4 das demonstrações financeiras.**

Os instrumentos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de unidades de participação e títulos de rendimento fixo, no montante de 14.408 milhares de euros (2015: 9.585 milhares de euros), representam 95% do total do ativo do Fundo em 31 de dezembro de 2016. A valorização destes ativos envolve julgamento relativamente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimento.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, o justo valor é estimado através da utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizados em condições de mercado ou de metodologias de avaliação, fornecidas pelas entidades gestoras/emitentes, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito de tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Avaliação de metodologias, dados e pressupostos de valorização adotados para os instrumentos financeiros;
- Testes de detalhe às valorizações registadas no ativo da demonstração da posição financeira, nas linhas de unidades de participação e títulos de rendimento fixo.

Também avaliamos se as divulgações nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente aos instrumentos financeiros estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da entidade gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da entidade gestora é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela ASF;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Fundo para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da entidade gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade gestora do Fundo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da entidade gestora;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da entidade gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas

na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da entidade gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização da entidade gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da ASF, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

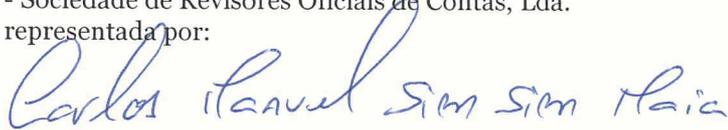
- a) Fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez para o exercício de 2016.
- b) O órgão de gestão da entidade gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo

profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da entidade gestora nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.

12 de junho de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.